



ELEMENTOS SOCIAIS DO MUNDO DO TRABALHO NA FICÇÃO CINEMATOGRAFICA: PROVOCAÇÕES DE “O CORTE”¹

ELEMENTS OF SOCIAL WORK IN FICTION WORLD CINEMA: PROVOCATIONS "THE CUT"

Georgia Sobreira dos Santos Cêa²
Rosane Toebe Zen³

RESUMO: “Um gesto diz mais que mil palavras”, ensina o ditado popular. Mas quando os gestos em questão são artisticamente encenados, numa produção cinematográfica dirigida por Costa-Gravas, a possibilidade de estes dizerem mais que palavras é infinitamente multiplicada. No filme “O Corte”, as consequências das atuais transformações no mundo do trabalho são retratadas com doses de humor, sem deixar de lado a abordagem reflexiva e crítica. O protagonista, num momento de extremo desespero, empreende um plano para eliminar fisicamente seus concorrentes, e assim, garantir uma vaga no disputado mercado de trabalho. O dilema da responsabilização pelo desemprego perpassa o filme, estimulando a reflexão sobre o tema numa perspectiva crítica, em que as consequências da falta de oportunidades de emprego podem ser localizadas em esferas que se ampliam para além do aspecto econômico. Assim, o enredo do filme evidencia o postulado marxiano da dupla condição do trabalho no capitalismo: ao mesmo tempo em que o trabalho é potencialmente meio de vida e afirmação da condição humana, é processo alienado e alienante de produção da existência. Das mensagens que a obra nos deixa, duas merecem atenção especial. A primeira diz respeito ao ideário, já consensual nesta sociedade, de que o desemprego é um problema individual, e deve ser, portanto, individualmente resolvido. A segunda mensagem, subliminarmente presente no filme, aponta a solução para o desemprego numa direção oposta: o problema não está no indivíduo, mas no sistema. E este só coletivizará as oportunidades se, numa perspectiva transformadora, tornar o homem o centro de tudo.

Palavras-chave: Cinema e Sociedade, Mundo do trabalho, transformações do sistema produtivo.

ABSTRACT; "A gesture says a thousand words," teaches the popular saying. But when the actions in question are artistically staged in a film directed by Costa-Gravas, their ability to say more than words is infinitely multiplied. In the movie "The Cut", the consequences of current

¹ Este artigo foi originalmente publicado na coletânea “Política, Educação e Cultura”, pela EDUNIOESTE, sob responsabilidade do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). A referida publicação integra a Coleção Sociedade, Estado e Educação e foi organizada por Alexandre Felipe Fiúza e Gilmar Henrique da Conceição, em 2008.

² Doutora em Educação: História, Política e Sociedade pela PUC-SP; professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); professora do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação Brasileira da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); professora colaboradora externa do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação da UNIOESTE; membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação (GP-TESE) e do Coletivo de Estudos de Política Educacional. E-mail: gecea@uol.com.br.

³ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da UNIOESTE; professora colaboradora da UNIOESTE; membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação (GP-TESE). E-mail: rosanezen@hotmail.com.

Georgia Sobreira dos Santos Cêa
Rosane Toebe Zen



changes in work are portrayed with doses of humor, without forgetting the reflective and critical approach. The protagonist, a moment of extreme despair, embarks on a plan to physically eliminate their competitors, and thus guarantee a place in the competitive job market. The dilemma of accountability for unemployment permeates the film, encouraging reflection on the subject of a critical perspective on the consequences of lack of employment opportunities can be found in spheres that extend beyond the economic aspect. Thus the plot of the movie shows the Marxian postulate the dual condition of labor in capitalism: while the work is potentially a way of life and affirmation of the human condition, is alienated and alienating process of production of existence. The messages that the movie leaves us, two deserve special attention. The first concerns the ideas already consensus in this society, that unemployment is an individual problem, and should therefore be individually resolved. The second message, subliminally present in the film, says the solution to unemployment in the opposite direction: the problem is not the individual but the system. And this is only collectivize opportunities in a changing perspective, making man the center of everything.

Key-words: Cinema and society, world of labor, changes in the productive system.

Introdução

O filme *O corte* (Le Couperet), França, 2005, de Costa-Gavras [...] é mais um filme-bomba com as características semelhantes às de uma explosão que apenas detona o assunto e tem um final aberto a qualquer interpretação. Desfecha inesperadamente uma vigilante mirada. Vale o olhar (GUIMARÃES, 2006)⁴.

Concordando com a crítica de cinema e aceitando o desafio de expor uma interpretação acadêmica das provocações do filme, este trabalho tem por objetivo tecer algumas considerações a respeito das mudanças estruturais no mundo do trabalho a partir de temas e situações presentes no filme “O Corte”⁵. Após uma breve apresentação da trama que se desenvolve no filme, ainda nesta introdução, este artigo destaca o contexto econômico e político do desemprego, suas implicações para a conduta humana diante da ausência de oportunidades de ocupação produtiva e reflete, ao final, sobre as alternativas para o enfrentamento da crise atual.

⁴ Dinara G. M. Guimarães participou como convidada do site <www.criticos.com.br>, tecendo considerações sobre o filme *O Corte*. Seu texto, intitulado “Costa-Gravas no divã”, de junho de 2006, está disponível em <http://criticos.com.br/new/artigos/critica_interna.asp?secoes=4&artigo=1034>.

⁵ Baseado em um romance de Donald Westlake (The Ax), o filme tem como título original “Le Couperet”. O roteiro, elaborado por Constantin Costa-Gravas, que também dirige o filme, contou com a colaboração de Jean-Claude Grumberg. José García, Karin Ward e Geordy Monfils integram o elenco. A produção envolveu profissionais da França/Bélgica/Espanha e foi elaborado em 2005. No Brasil ele foi lançado em 2006. 122 min.



O filme que serviu de provocação para a elaboração deste artigo tem roteiro e direção de Costa-Gravas⁶. Através de “O Corte”, o cineasta retrata com doses de humor as consequências que o trabalhador vem sofrendo com a intensa reestruturação produtiva, sobretudo o desemprego por ela causado.

“O Corte” apresenta a angustiante rotina de Bruno Davert, um engenheiro, alto executivo da indústria de papel, que é demitido da empresa em que trabalhou durante quinze anos, depois de um processo de fusão empresarial e de reestruturação produtiva que incluiu cortes de funcionários e alocação de filial da indústria em outro país onde a mão-de-obra é mais barata, e a matéria-prima abundante. Durante os primeiros meses de desemprego, Bruno Davert vive como se estivesse gozando merecidas férias. A indenização rescisória permitiu manter a família durante algum tempo com o padrão de vida a que estavam acostumados. Diferentemente do que imaginara, conseguir outro emprego torna-se tarefa muito difícil. A elevada qualificação para o trabalho e os anos de experiência, que dão a seu currículo um nível de excelência de difícil comparação, não lhe ajudam a ingressar numa nova ocupação, ao contrário: suas credenciais são frequentemente consideradas elevadas demais para as vagas disponíveis e ele próprio se angustia ante a possibilidade de ocupações distantes de suas capacidades.

Depois de dois anos desempregado, Bruno entra em desespero. A família de Davert sofre as dificuldades do forçoso rebaixamento do padrão de vida. Somente sua esposa, Marlène, trabalha em dois subempregos (bilheteira de cinema e auxiliar de um consultório) que mal lhe possibilitam arcar com as despesas elementares da casa. Bruno Davert também sofre a depreciação de sua imagem pessoal, pois já não se sente mais digno do convívio social e tem dificuldades em manter a chefia da família, ter segurança na relação amorosa com a esposa e orientar o casal de filhos. No auge do desespero, elabora um plano para conseguir o emprego que, acredita, lhe devolverá a dignidade. Entretanto, seu plano prevê a eliminação física do engenheiro responsável pela produção de papel da Arcádia, maior indústria do ramo de produção de papel. Mas somente isto não bastava: precisava também eliminar todos aqueles em condições de disputar este cargo. O filme se desenvolve a partir dessa trama armada pelo protagonista.

Apesar do aparente suspense que o filme possa representar, o clima predominante da trama é a comédia. As situações em que Bruno Davert se vê envolvido para atingir seu objetivo

⁶ Konstantinos Costa-Gavras nasceu em Loutra-Iraias, Grécia, em 1933. Naturalizado francês, o cineasta faz uso da crítica e da denúncia política e social como elementos fortes de seus filmes. Os interessados em sua filmografia podem encontrá-la em <<http://www.adorocinema.com/personalidades/diretores/costa-gavras/corpo.asp>>.



final são hilárias, e mexem com o ideário do expectador. Afinal, do que seríamos capazes para conseguirmos um emprego? Que diferença há em matar agora por um emprego, ou matar na guerra? Se a sociedade vive em guerra (ainda que não declarada), então matar para sobreviver é ou não um problema moral? Que sentido o trabalho assume na vida dos sujeitos e que tipo de sentimentos e de atitudes sua falta pode desencadear? Essas e muitas outras são questões despertadas pelo filme, e provocam a reflexão no expectador.

Contexto econômico e político do desemprego e suas interfaces com a subjetividade: provocações e denúncias de “O Corte”

A situação de desemprego que o personagem principal do filme vivencia integra o cotidiano de milhões de pessoas. Segundo estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2008, p. 9), em 2007 foram identificados 189,9 milhões de desempregados no mundo. Esta situação se agrava mais ainda visto que, no mesmo ano, “[...] cinco de cada diez personas con empleo⁷ eran trabajadores familiares no remunerados⁸” (OIT, 2008, p. 12) e levando em consideração o crescimento avassalador das formas precárias e não formais de emprego.

O desemprego, mote central de “O Corte”, é o feito social mais evidente do processo de reconfiguração do capitalismo, iniciado nas últimas três décadas.

⁷ Segundo a OIT (2008, p. 9), “A expressão ‘pessoas com trabalho’ compreende todas as pessoas empregadas conforme a definição da OIT, incluídas as pessoas que trabalham por conta própria, as que têm um emprego, os empregadores e os familiares não remunerados. Por conseguinte, no se faz uma distinção entre o setor da economia subterrânea e o da economia oficial” [tradução livre].

⁸ Cinco de cada dez pessoas com emprego eram trabalhadores familiares não remunerados [tradução livre].



Esse processo, decorrente das crises de produtividade experimentadas pelo capitalismo⁹ a partir dos anos 1970, impôs alterações no regime de acumulação fordista e na regulação econômico-política do Estado keynesiano. O cenário do mundo do trabalho passa a incorporar mudanças que tornam mais flexíveis os processos de trabalho, os mercados de trabalho, os produtos e padrões de consumo (HARVEY, 1992, p. 140); em suma, a flexibilização das relações de trabalho, que teve como principal consequência social a significativa redução quantitativa do trabalho formal na produção.

Antunes (1995) afirma que ocorreu uma processualidade contraditória, que de um lado reduziu o operariado industrial e fabril, mas que de outro aumentou o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Segundo o autor, configura-se uma nova morfologia do trabalho, assim descrita:

[...] além dos assalariados urbanos e rurais que compreendem o operariado industrial, rural e de serviços, a sociedade capitalista moderna vem ampliando enormemente o contingente de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, *part-time*, que exercem trabalhos temporários, entre tantas outras formas assemelhadas de informalização do trabalho, que proliferam em todas as partes do mundo. [...] Esta complexidade do mundo do trabalho nos instiga a refletir sobre as condições deste 'novo proletariado' [...]" (ANTUNES, 2005, p. 17).

A demanda efetiva de força de trabalho, por meio de vínculos formais, que outrora fora um dos principais sinais de êxito da era fordista (HARVEY, 1999, p. 125), perde espaço para uma

⁹ “Embora haja diferentes interpretações da crise do capitalismo contemporâneo (ARRIGHI, 1996, 1997; CHESNAIS, 1996, 1998; HARVEY, 1999; MÉSZÁROS, 2002, 2003), é traço comum a identificação, no processo de reprodução ampliada do capital, da predominância da sua forma financeira sobre a sua forma produtiva, tornada possível, fundamentalmente, pela abundância de capital proveniente da prosperidade do regime de acumulação fordista, assentado na relação (keynesiana) entre aumento da produtividade do trabalho e ampliação das condições de reprodução do capital e do trabalho. Nesse contexto, a regulação exercida pelo chamado Estado de bem-estar social ou Estado keynesiano (ou outra variante de Estado intervencionista no período, como o militar no Brasil), que visava controlar as relações entre ganhos do capital e do trabalho, se torna inviável. Isso porque se ampliam as possibilidades dos ganhos do capital se efetivarem majoritariamente fora dos limites tributários e geográficos impostos pelos acordos de produtividade e, portanto, ao largo da necessidade de incorporação maciça de trabalhadores na produção (pleno emprego) e longe da intervenção direta do Estado nas relações que passam a se estabelecer entre capital e trabalho, com ampliada vantagem para o primeiro, o que vai exigir a reorganização da esfera produtiva em novas bases [...]. A regulação a ser exercida pelo Estado capitalista, visando sustentar e garantir socialmente o regime de acumulação que se torna predominante, vai ser justificada por teses e mediadas por políticas neoliberais, visando legitimar a predominância do individualismo do mercado sobre a socialização da produção. Os custos sociais da predominância do capital financeiro sobre o capital produtivo (desemprego, acentuação das fissuras sociais, ampliação da pauperização e da miséria, etc.) e a ampliação da concentração do capital sem demonstração efetiva do aumento esperado da sua capacidade de acumulação são as principais evidências não só da permanência da crise, mas de seu agravamento” (CÊA, 2003, p. 39).



lógica fundada no enxugamento do quadro de trabalhadores das empresas. O desemprego, a partir de então, assume um caráter de positividade, uma demonstração de que as empresas estão envidando esforços para o aumento da produtividade.

No filme, a empresa Arcádia, após o processo de fusão – que envolveu a empresa em que Davert trabalhava – e de enxugamento de seus quadros profissionais, implementa uma maciça campanha publicitária, informando sobre o processo de reestruturação que lhe permitiu adquirir a liderança no ramo de papel reciclado.

O perfil profissional fordista – em que a mão-de-obra era peça central da produção, onde cabia ao trabalhador a realização de atividades produtivas bem definidas, atendendo às necessidades da produção em massa na empresa verticalizada – passa a sofrer significativas alterações e configura-se uma nova forma de exploração do trabalho, pautada na flexibilidade.

A flexibilização contou, dentre outras, com três importantes ferramentas de operacionalização das transformações no mundo do trabalho: a reestruturação produtiva, o neoliberalismo e o processo de financeirização da economia. A reestruturação produtiva afetou de forma direta os meios de produção – empresas, maquinário, tecnologia, matérias-primas, organização do trabalho coletivo, etc. –, as formas de contrato e as exigências de competências profissionais para o uso mais eficiente da força de trabalho; o neoliberalismo, por sua vez, consiste na reforma do Estado, para que este, enquanto estrutura de comando político do capital¹⁰, corresponda às novas demandas do regime de acumulação; a financeirização¹¹ ocorreu pela diminuição da participação do setor produtivo da mais-valia socialmente produzida, que passou a ser concentrada, em sua maior parte, no setor financeiro.

A financeirização da economia e a reestruturação produtiva são expressões de um processo amplo e complexo. Seus impactos atingem todos os setores produtivos, das esferas

¹⁰ Mészáros (2002, 2003) compreende o Estado moderno como a estrutura de comando ou controle político do capital. Conforme explica, “[...] é a completa ‘ausência’ ou ‘falta’ de coesão básica dos microcosmos socioeconômicos constitutivos do capital [produção e controle, produção e consumo, produção e circulação] – devida, acima de tudo, à separação entre o valor de uso e a necessidade humana espontaneamente manifesta – que faz existir a dimensão política do controle sociometabólico do capital na forma de Estado moderno” (id., 2002, p. 123). É a “[...] subordinação necessária do ‘valor de uso’ – ou seja, a produção para as necessidades humanas – às exigências de auto-expansão e acumulação do capital [...]” (ibid., p. 100) que proporciona ao capitalismo a sua capacidade de expansão, ao mesmo tempo em que passa a necessitar do Estado como sua estrutura de comando político que deve diminuir, na medida do necessário, os desequilíbrios e as distorções das dimensões constitutivas do sistema do capital.

¹¹ Termo utilizado por diversos autores (CHESNAIS, 1996, 1998; SALAMA, 1999) para designar o sentido e a forma predominantes de expansão do capital, a partir dos anos 1970. Segundo Chesnais (1996, 1998), as empresas (corporações) não atuam somente como unidades produtivas, mas também como ativos financeiros que se desdobram em autofinanciamento e aplicação financeira, num processo que acaba por criar um novo paradigma de organização e uma nova estratégia tecno-financeira.



urbana e rural. Enquanto as indústrias concentram suas produções em atividades centrais, terceirizando serviços e atividades secundárias a empresas menores ou a trabalhadores organizados em subcontratos, a agricultura foi atingida pela inviabilização da produção em pequena escala, ao mesmo tempo a propriedade da terra sofreu novo processo de concentração fundiária.

Esse conjunto de transformações foi identificado por Harvey (1992) como expressão do esgotamento do fordismo, abrindo espaço para a consolidação de um novo regime de acumulação. Para o autor, está a ocorrer uma transição no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política a ele associado, “[...] um processo de transição rápido, mas ainda não bem entendido” (HARVEY, 1999, p. 134)¹². O autor compreende as constantes transformações nas relações capitalistas cunhando o termo “acumulação flexível”, que designa

[...] flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1992, p. 140).

Como instrumento regulador dessa nova configuração, o Estado capitalista tem as suas funções alteradas. Nos países do capitalismo central, as políticas de caráter neoliberal tiveram como alvo prioritário o estado de bem estar social e suas estruturas adjacentes. Conforme Vasapollo (2005), na Europa, durante a vigência do Estado keynesiano, a população foi massivamente atendida, ao menos no que se refere às necessidades básicas: saúde, educação, trabalho, assistência social. Nos países periféricos, que jamais tiveram a consolidação desta face do Estado, os principais alvos foram as instituições e os mecanismos relacionados aos poucos direitos sociais conquistados pelo trabalho ao longo da história republicana (BOITO JR., 1998).

¹² Com base em Harvey (1999), pode-se sintetizar o regime de acumulação flexível da seguinte maneira: “No âmbito da organização do trabalho, observa-se a flexibilização dos processos de reprodução do capital – nos quais as empresas passam a também atuar como ativos financeiros –, a flexibilização dos processos de trabalho – nos quais a aplicação intensiva da tecnologia permite a variabilidade na produção de mercadorias e na prestação de serviços, rompendo com o caráter rígido da base técnica fordista –, além de uma mobilidade intensa nos mercados de trabalho e de consumo. À diminuição exponencial dos custos da produção, por conta do aumento da produtividade advinda das inovações tecnológicas, corresponde um aumento, em mesma medida, da exploração absoluta e relativa da força de trabalho, agravado pelo rompimento com o pacto social fordista de pleno emprego. Daí o sentido de uma base produtiva flexível, que é uma outra dimensão do processo de transferência do capital produtivo para o âmbito da reprodução fictícia do capital financeiro, o que promove a volatilidade deste em relação aos diferentes mercados de capitais mundiais, em busca de maiores rendimentos” (CÊA, 1999, p. 40).



O trabalho assalariado, condição para a sobrevivência da classe trabalhadora no modo de produção capitalista, é um desses principais alvos.

O resultado mais brutal destas transformações foi a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global, sendo a consequência social mais impactante das mudanças econômicas e políticas em curso. Como estratégia ideológica mais evidente, o pensamento (neo)liberal burguês produziu o preceito de que a posição dos indivíduos no mercado de trabalho é imediatamente definida pelos méritos individuais, para os quais seriam determinantes a qualidade de seus atributos, a gama de seus conhecimentos e a eficácia real de suas capacidades pessoais (MACHADO, 1998).

No filme de Costa-Gravas, tal ideário é posto a nu. Se em outras fases do modo capitalista de produção as mudanças no modo de produzir resultaram mais danosas aos trabalhadores com níveis de qualificação inferiores, o atual modelo consegue dar-se ao luxo de também dispensar trabalhadores altamente qualificados, como é o caso do protagonista do filme.

A despeito da complexidade e das contradições deste processo, a cada membro da sociedade se impõe o desafio de se inserir nas relações sociais e realizar suas necessidades pessoais. Para tanto, são necessários, aos trabalhadores, o ingresso, o exercício de atividades e a vivência de experiências no âmbito do mercado de trabalho. A avaliação de sua competência passa, portanto, primordialmente, pela capacidade de internalização, aquiescência, submissão e resposta ao conjunto de preceitos, normas e regulações que caracterizam histórica e concretamente o jogo do mercado de trabalho e da relação salarial.

Nesse contexto, verifica-se que as estruturas formais (Estado, empresas), tanto nos países centrais como nos periféricos, têm tomado iniciativas no sentido de estimular as iniciativas individuais de enfrentamento do desemprego, sempre no horizonte e nos limites das possibilidades apresentadas pelo atual momento de configuração do processo de reprodução ampliada do capital (subemprego, terceirização, informalidade, etc.).

Segundo Antunes (2004), a partir dos anos 1970, quando ocorreram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva, as empresas passam a adotar novos padrões organizacionais e tecnológicos. Na gestão do trabalho, métodos denominados participativos são incorporados à produção, atuando como mecanismos que procuram o envolvimento dos trabalhadores nos planos das empresas.

A questão da participação dos trabalhadores no processo de trabalho – seja ela em maior escala (como nos países do capitalismo avançado e nas empresas mais fielmente organizadas



segundo o paradigma toyotista), seja ela em menor escala (como no caso de países como o Brasil e das empresas de menor porte, onde ainda predomina o referencial fordista de organização da produção) – evidencia o fato de que as relações de trabalho passam a necessitar, mais que em momentos históricos anteriores, da adesão dos trabalhadores às perspectivas e objetivos empresariais, conforme atestam algumas análises.

Segundo Antunes (1995, p. 35), é por meio do “envolvimento cooptado” do trabalhador que o capital apropria-se do “*saber* e do *fazer* do trabalho”.

Para Alves (2000), a reestruturação produtiva em curso aprimora a articulação entre coerção capitalista e consentimento operário, de forma que a captura da subjetividade operária pela lógica do capital acaba por tornar-se uma necessidade técnica do processo produtivo.

Gounet (2002, p. 46-47), numa interpretação semelhante, destaca que a aceitação, a colaboração e a adesão à filosofia da empresa por parte dos trabalhadores tornam-se elementos essenciais para a efetivação de um novo modelo produtivo, de padrão flexível, integrado e competitivo: “Se os trabalhadores rejeitam o sistema, ele não pode funcionar” (ibid., p. 55).

Na ótica empresarial, essa ênfase na subjetividade operária representaria uma ampliação da autonomia do trabalhador frente aos processos de trabalho e uma redução da fragmentação entre pensar e fazer, com significativo aumento da parcela de trabalho intelectual envolvido na produção. Interpretações teóricas que se vinculam a essa ótica, mesmo que de forma não assumida, postulam que a reestruturação produtiva dos últimos vinte anos transformou, irreversivelmente, o “trabalho operário em trabalho de controle, de gestão da informação, de capacidades de decisão que pedem o investimento da subjetividade” (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 25).

Antunes (1995, p. 34) salienta o caráter aparente da suposta eliminação da ruptura entre elaboração e execução que as alterações nas formas de organização do trabalho estariam promovendo. Segundo ele, essa interpretação prende-se a uma aparência, uma vez que

[...] a concepção efetiva dos produtos, a decisão do *que* e do *como* produzir não pertence aos trabalhadores. O resultado do processo de trabalho corporificado no produto permanece *alheio* e *estranho* ao produtor, preservando, sob todos os aspectos, o *fetichismo* da mercadoria (ibid., grifos do autor).

O que ocorre, de fato, é uma mudança qualitativa na forma de ser da exploração do capital sobre o trabalho, seja agregando valor, via utilização da tecnologia de ponta nos processos produtivos, seja precarizando ainda mais as condições objetivas de trabalho, ou, ainda,



estabelecendo como critério de permanência e de inserção nos locais de trabalho a completa adesão e concordância dos trabalhadores aos ideais e objetivos das empresas; de toda forma, aprimora-se e refina-se a especificidade do modo de produção capitalista como uma relação de exploração do capital sobre o trabalho. Exploração essa que toma a aparência de uma completa identificação entre os interesses do capital e os interesses do trabalho, como se fosse possível que as necessidades, capacidades, expectativas, sonhos e desejos humanos se tornem imanentes às demandas de produção e reprodução do capital.

O personagem Bruno Davert é o emblema do sujeito que incorpora, da forma mais radical, a exacerbação da lógica destrutiva do capitalismo, nos tempos atuais. Ao internalizar a necessidade de conseguir sua inserção produtiva no mercado de trabalho, por sua própria conta e risco, o personagem conclui que deve utilizar-se da mesma estratégia das empresas: é preciso dominar e fazer desaparecer os concorrentes.

O filme, ao retratar a subjetividade de Davert, dominada e dirigida pelo desespero do desemprego, e ao apresentar uma possibilidade trágica de enfrentamento individual desse dilema social, estimula a reelaboração das reflexões apresentadas ao final da introdução deste artigo: a lógica destrutiva do capitalismo, típica dos grandes detentores do capital, pode tender a ser assumida pelos homens, na sua individualidade? Essa lógica pode chegar ao extremo da eliminação física dos concorrentes, envolvendo inclusive os próprios trabalhadores? Existem saídas individuais para a crise do capitalismo? A continuidade do tratamento de outros temas provocativos do filme pode proporcionar o enfrentamento dessas questões.

Num dos episódios de “O Corte”, quando Bruno e Marlène Davert estão em sessão de terapia para casais, todos os problemas conjugais (adultério da esposa, apatia social e descontrole emocional de Bruno) giram em torno do desemprego de Davert. O psicólogo, procurando convencer Bruno de sua parcela de responsabilidade sobre a situação, diz-lhe: “Você não é o seu trabalho!”, ao que Bruno, imediata e convictamente responde: “O trabalho é a minha vida!”. Davert, convencido de que seus problemas somente serão sanados se conseguir outro emprego, empenha-se de forma insana em prol de seu objetivo.

Em tempos onde se pretende discutir o papel do homem na sociedade, procurando retirar do trabalho a centralidade das relações sociais, uma das maiores contribuições reflexivas que “O Corte” pode proporcionar é justamente a recolocação deste tema em debate.

Desde o início da crise capitalista instaurada a partir dos anos de 1970, passando pela dissolução da experiência histórica do socialismo no leste europeu, a centralidade ou não do



trabalho nas relações sociais passa a ser um tema de disputa entre pensadores pós-modernos e marxistas-marxianos. Os pós-modernos apresentam como principal argumento questionador da centralidade do trabalho a própria inovação tecnológica, o que daria ao homem a possibilidade do não-trabalho, uma vez que a ampliação da capacidade de comunicação e de interação permitiria que se extrapolasse e se subvertesse a ordem “tradicional” de ocupação por meio de empregos. Para os marxistas-marxianos, a possibilidade do não-trabalho não existe para o trabalhador, pois sua condição de existência no capitalismo, enquanto classe, está condicionada à exploração pela outra classe, a detentora do capital.

[...] as teses que defendem o fim da centralidade do trabalho como traço constitutivo da chamada “crise da sociedade do trabalho”, sua substituição pela esfera comunicacional ou da inter-subjetividade encontram seu contraponto quando se parte de uma concepção abrangente e ampliada de trabalho, que contempla tanto sua dimensão coletiva quanto subjetiva, tanto na esfera do trabalho produtivo quanto improdutivo, tanto material quanto imaterial, bem como nas formas assumidas pela divisão sexual do trabalho, pela nova configuração da classe trabalhadora, entre os vários elementos aqui apresentados (ANTUNES, 2005, p. 38).

Além desta condição, há ainda uma outra, que aparece com muita clareza no filme, e é parte fundante do pensamento marxiano: o homem só se faz homem pelo trabalho.

Essa dimensão dúplice e mesmo contraditória presente no mundo do trabalho que cria, mas também subordina, humaniza e degrada, libera e escraviza, emancipa e aliena, manteve o trabalho humano como questão nodal em nossa vida. E, neste conturbado limiar do século XXI, um desafio crucial é dar sentido ao trabalho tornando também a vida *fora* dele dotada de sentido (ibid., p. 13, grifo do autor).

No contexto atual, de crise do trabalho abstrato e de individualização da problemática da precarização das ocupações e escassez de empregos, são inúmeros os casos de trabalhadores que têm sua condição física e subjetiva abaladas. A perda de sentido da vida, dentro e fora do trabalho, é um fenômeno cada vez mais abrangente. Segundo Cêa e Murofuse (2007, p. 3-4),

Um dos principais objetos degradados [na relação homem natureza, por meio do trabalho] é a própria dimensão biológica do trabalho, expressa pela capacidade humana de mobilizar energias físicas e mentais que restam desgastadas para além dos ambientes laborais. Ou seja, o aniquilamento da saúde por força de uma dada forma de organização do trabalho destrói não apenas o ser trabalhador, mas também o ser humano que se manifesta em outras esferas, além daquela constituída pelo trabalho alienado.



A gravidade desse quadro, subsumida pelos anúncios do fim do trabalho¹³, é competentemente exposta por Costa-Gravas, numa linguagem ficcional que é ao mesmo tempo denúncia e sinal de alarme. Mas a situação apresentada no filme permite uma outra reflexão: apesar das teses que postulam a centralidade de outras dimensões na vida humana, o uso da força de trabalho não é dispensado como medida de valor, como nos alerta Antunes (2005, p. 17):

[...] se o trabalho ainda é central para a criação do valor, o capital, por sua parte, o faz oscilar, ora reiterando seu sentido de perenidade, ora estampando a sua enorme superfluidade, da qual são exemplos os precarizados, flexibilizados, temporários, além, naturalmente, do enorme exército de desempregados e desempregadas que se esparramam pelo mundo.

O drama vivenciado pela família de Davert – por ele e sua esposa, especialmente – expõe claramente tal superfluidade. Precarizados e desempregados, muitas vezes tratados como simples números em estatísticas do mercado de trabalho, são homens e mulheres de carne e osso, lutando por sua sobrevivência, encontrando estratégias diversas para se manifestarem como mercadoria, ao mesmo tempo em que suas angústias, desesperos, carências e traumas denunciam os riscos humanos da exacerbação da alienação do trabalho.

Considerações finais

Numa das mais contundentes e profundas análises da forma de ser do capital nos últimos tempos, Mészáros (2002, p. 41) adverte:

Encher buracos cavando buracos cada vez maiores – o que tem sido a maneira predileta de solucionar os problemas na presente fase do desenvolvimento – é algo que não pode continuar indefinidamente. Descobrir uma saída do labirinto das contradições do sistema do capital global por meio de uma transição sustentável para uma ordem social muito diferente é, portanto, mais imperativo hoje do que jamais o foi, diante da instabilidade cada vez mais ameaçadora.

¹³ “Como consequência das significativas mutações que ocorreram no mundo da produção e do trabalho, nas últimas décadas do século XX, tornou-se frequente falar em ‘desaparição do trabalho’ (Dominique Meda), em substituição da esfera do trabalho pela ‘esfera comunicacional’ (Jurgen Habermas), em ‘perda de centralidade da categoria trabalho’ (Claus Offe), em ‘fim do trabalho’ (Jeremy Rifkin), ou, ainda, na versão mais qualificada e crítica à ordem do capital, Robert Kurz, para citar as formulações mais expressivas” (ANTUNES, 2005, p. 59).



Na ficção que deu origem às reflexões aqui apresentadas, é outro personagem, que não Davert, que aponta a necessidade de se vislumbrar uma lógica social capaz de eliminar o capitalismo e a desumanização que lhe é parte integrante.

Enquanto Bruno Davert coloca em ação seu plano para reconquistar o emprego, acaba, mesmo sem querer, estabelecendo uma relação próxima com um de seus adversários que, assim como ele, passou um longo tempo desempregado. Diante disso, teve que se submeter a ocupações completamente distintas da anterior; de alto executivo, passou a subempregado, atuando como balconista de um pequeno e decadente restaurante. Bruno fica perplexo ao perceber que Etienne Barnet, apesar de todas as dificuldades, consegue lidar de forma centrada e tranquila com a situação, apesar das adversidades. Barnet, diferentemente de Davert, percebe que o problema não é individual, portanto não o carrega como se fosse um estigma. Etienne compreende que o desemprego e todas as demais mazelas que atingem os trabalhadores são causadas pela lógica do capitalismo – ele esteve desempregado, hoje desempenha uma atividade precária, distante de sua capacidade produtiva e intelectual, mas sobrevive; mas se não fosse ele a passar por isso, seria qualquer outra pessoa. Para o sistema é indiferente quem fica desempregado ou não. Para o sujeito que está desempregado é que isso ganha a conotação de um problema. Etienne não prevê uma solução isolada ou individualizada para as dificuldades por que vêm passando os trabalhadores: na sua concepção, eles só terão solução quando o sistema inverter sua lógica, colocando o homem no centro de tudo.

Quando, finalmente, Bruno Davert consegue dar cabo ao seu plano e atingir seu objetivo, eliminando todos os seus adversários e ainda o sujeito que ocupava a vaga pleiteada, o expectador é induzido a refletir sobre a possibilidade de que a solução idealizada pelo personagem para resolver o seu problema pessoal pode não ser inédita, e que ele próprio pode ser vítima de semelhante estratégia. Isso porque, se o problema do desemprego, para Davert, foi solucionado, para os demais desempregados ele ainda persiste. Portanto, a mensagem final que a obra cinematográfica “O Corte” nos deixa é: quando a solução dos problemas sociais é individualizada, eles tendem a persistir. Se solucionados para alguns, são aguçados para outros. E se todos, absurdamente, tiverem a mesma ideia para resolver o problema do desemprego¹⁴, então a humanidade tende a se extinguir.

14 No Brasil, em janeiro de 2006, a imprensa noticiou amplamente um crime movido pelo mesmo motivo encenado na trama de Costa-Gravas: uma estagiária confessou ter planejado a morte de duas colegas para conseguir uma vaga de emprego em uma indústria de derivados de petróleo, em Cubatão, São Paulo. A jovem confessou que queria recuperar o emprego na empresa e, como não havia mais vagas, decidiu planejar o assassinato. Uma das vítimas



Referências bibliográficas:

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez/ Ed. Unicamp, 1995.
- _____. **O Averso do Trabalho**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _____. **O Caracol e sua Concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 135.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. **O longo século XX**. São Paulo : UNESP; Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. **A qualificação profissional entre fios invisíveis**: uma análise crítica do PLANFOR. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação. Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 2003.
- CÊA, Georgia Sobreira dos Santos; MUROFUSE, Neide Tiemi. **Associação dos Portadores de LER (AP-LER) na luta pelos direitos dos trabalhadores de frigoríficos do oeste do Paraná**. V Congresso Latinoamericano de Sociología del Trabajo: Hacia una nueva civilización del trabajo. Montevideo, Uruguay. 18 a 20 abr. 2007, p. 1-16.
- CHESNAIS, François. (coord.). **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.
- _____. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- GOUNET, T. **Taylorismo e Fordismo na civilização do automóvel**. Campinas: Boitempo, 1999.
- HARVEY, David. **A Transformação Político-Econômica do Capitalismo no Final do Século XX**. Condição Pós-Moderna. 8.ed. São Paulo: Loyola, 1992.
- LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MACHADO, Lucília. Educação básica, empregabilidade e competência. **Trabalho & Educação**, jan/jul, nº3. Belo Horizonte: FAE/NETE/UFMG, 1998.
- MÉSZÁROS, István. **O século XXI**: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Tendencias mundiales del empleo**. Enero, 2008. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/download/globaltrends2008.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2008.
- SALAMA, Pierre. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 1999.

sobreviveu, mas ficou gravemente ferida. Outra foi morta com cinco tiros na porta de casa, em Santos. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI841213-EI5030,00.html>. Acessado em 20 fev. 2008.

Georgia Sobreira dos Santos Cêa
Rosane Toebe Zen



VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.